



A perspectiva em torno da criação do Polo Regional de Resseguro no Brasil foi o grande destaque da programação

Durante dois dias, temas atuais como a Gestão de Riscos dos Jogos 2016 e a cobertura para seguros de drones dividiram espaço com painéis técnicos com ênfase em regulação e Solvência II, entre outros assuntos que foram abordados na programação do 5º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro. O grande destaque do Encontro girou em torno da criação de um Polo Regional de Resseguro. Hoje, o mercado brasileiro de resseguro está estimado em US\$ 2,5 bilhões e o da América Latina em US\$ 21 bilhões. Portanto, se o Brasil atrair pelo menos 10% do mercado latino, dobrará o seu tamanho.

Rio 2016

A menos de quatro meses dos primeiros Jogos Olímpicos e Paralímpicos que acontecerão na América Latina, o especialista em Segurança e Riscos do Comitê Rio 2016, Roberval Ferreira França, dimensionou toda a infraestrutura que envolve o megaevento. Mais de dez mil atletas representantes de 206 países virão para os Jogos do Rio de Janeiro. Durante a plenária, a presidente da Swiss Re Brasil Resseguros, Margo Black, detalhou a principal apólice de seguro do evento. Ela é de cerca de US\$ 2 bilhões e cobre, entre outros riscos, os direitos de transmissão da competição que tem um público estimado em mais de cinco bilhões de pessoas em todo o mundo. Margo explicou ainda que há quatro situações que poderiam comprometer – por cancelamento ou abandono – a realização dos Jogos: 1) terrorismo internacional; 2) catástrofes naturais; 3) pandemias; e 4) protestos e manifestações.

Seguro Agrícola

As tendências globais no seguro agrícola também foram destaque na programação do segundo dia do 5º Encontro de Resseguro. O gerente Geral de Riscos Agrícolas da Hannover Re, Andreas Bronk, trouxe um panorama global sobre o produto e citou algumas das principais coberturas para o segmento que estão em evidência no mundo. Entre elas, a de floresta, que cobre riscos como

incêndio, vendaval, inundação e deslizamento; a “bloodstock”, para cavalos de corrida e de esporte, e que cobre todo o risco de mortalidade, despesas médicas, perda de uso, transporte e até infertilidade; e a de aquicultura, voltada para peixes como o salmão e o atum, mariscos como o camarão e também para equipamentos. Esta cobre riscos da natureza, doenças, poluição e até mesmo o de proliferação de algas. Em relação às oportunidades para o seguro de índice no Brasil, ele apresentou algumas possibilidades como o índice NDVI, baseado em satélite para cobrir, por exemplo, a seca em pastagens; o índice de precipitação, voltado para a cobertura de condições de seca ou de chuva excessiva; e o índice de temperatura para geadas. “Esse tipo de tecnologia é muito importante para a continuidade desse produto no mundo”, pontuou Bronk. Já o diretor da área de Seguro Rural do Grupo Segurador BB e Mapfre e presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Wady Cury, foi o debatedor deste painel e trouxe uma reflexão: “Por que muitas vezes nos perguntamos o motivo pelo qual os governos fazem subvenção? Se nós partimos para o raciocínio voltado à segurança alimentar, levando em consideração que as políticas agrícolas são os instrumentos de manutenção desta segurança alimentar no mundo, percebe-se que todos os países vem buscando subsídios para a manutenção da agricultura. Nesse sentido a nossa Constituição fala do seguro rural como instrumento de política agrícola. Isso nos remete a um conceito mais moderno onde a atividade do seguro agrícola é essencial para a agricultura”, defendeu, citando ainda que o Brasil saiu de um pouco mais de um milhão de hectares segurados em 2006 para 12 milhões de hectares, com mais de 80 culturas diferentes, segurados em 2014. “Sendo o Brasil um país continental, não há mais como regular 12 milhões de hectares se não houver instrumentos de gestão. Há, a partir daí, a necessidade de conhecermos o que está sendo feito fora do país. Se nós não investirmos, nós não teremos sucesso na gestão do produto final”, concluiu.

Drones

Os mais variados modelos e formatos dos veículos aéreos não tripulados (UAVs, siga em inglês) e controlados remotamente, conhecidos como drones, além dos desafios dos riscos e responsabilidades que estão envolvidos neste tipo de negócio, o qual carece de dados e regulamentação, foram abordados pelo vice-presidente e gerente de Aviação da XL Catlin, Tony Trost. “Os drones podem ser utilizados para as mais diversas tarefas, das mais simples, como a entrega de pizzas, às mais complexas, que inclusive envolvem riscos de vida para os seres humanos, e até mesmo para guerras”, elencou. Trost citou ainda que a Austrália e o Japão são os países mais avançados no uso desta tecnologia. Ele também falou sobre o potencial destes veículos que vão desde o uso para entretenimento, passando por serviços emergenciais, agricultura, monitoramento, mídia e comunicações e até mesmo operações comerciais. Em relação ao mercado brasileiro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizou, em 2015, uma audiência pública para a regulamentação dos drones e entre as principais propostas da Agência estão a maior idade (maior de 18 anos) para utilização e a exigência de um seguro com cobertura de danos a terceiros para estes equipamentos. Porém, ainda a muito a ser explorado no que diz respeito ao seguro do casco dos drones, por exemplo.

O evento

O 5º encontro de Resseguro do Rio de Janeiro foi promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber) e com a Escola Nacional de Seguros. O evento aconteceu nos dias 5 e 6 de abril, no Hotel Sofitel, em Copacabana, e reuniu um público de 500 participantes, entre executivos dos setores de seguros e resseguros e palestrantes nacionais e internacionais.

Fonte: CNseg, em 08.04.2016.